

Capítulo 3

Roteiros de crítica cultural

Osmar Moreira dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, O.M. Roteiros de crítica cultural. In: *A luta desarmada dos subalternos* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 101-146. ISBN 978-85-423-0290-5. Available from: doi: [10.7476/9788542302905.0004](https://doi.org/10.7476/9788542302905.0004). Also available in epub from: <http://books.scielo.org/id/dty2b/epub/santos-9788542302905.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 3

ROTEIROS DE CRÍTICA CULTURAL

Provavelmente não há muito o que esperar de uma teoria que defenda o argumento ou a palavra de ordem de que o materialismo social concernente a um processo de transvalorações culturais, sociais e políticas possa se dar mesmo com a ausência de frases.¹ Não é com discursos que se transforma o mundo, mas com ações efetivas, principalmente se associadas ao quebra-quebra de uma ordem burguesa para a instalação de uma nova ordem socialista.

Ora, aprendemos com a linguística, e com seu desdobramento semiológico, que a língua é um fenômeno social e que, por isso mesmo, pressupõe a existência de falantes para nomear o mundo e pôr em movimento a relação entre palavras e coisas – o circuito dos enunciados e das enunciações – sob diversas lógicas e fonologias. Assim, na suspensão de todas as frases em atos revolucionários existe uma ordem de significantes que supõe uma multiplicidade de significados subjacentes aos mais diferentes enunciados e enunciações, ainda que em forma de figuras empunhando suas armas, o coração batendo de desespero

ou de alegria, o sangue agitando veias e artérias e a geometria das cidades se dobrando em fumaça.

A questão contemporânea para a revolução cultural, sob uma perspectiva materialista, não é mais pressupor que há uma superestrutura determinada por uma infraestrutura econômica, mas, se há ao menos uma cabeça que pensa e que não deixa determinar-se pelas forças econômicas, então todas as cabeças, em tese, não se deixariam determinar por quaisquer formas de dominação, ou mais que isso: cada ser humano, pobre e explorado, pode, em seu local de exploração, dispor desses signos e avaliar suas formas e ocorrências – quem os produz, sob que vontade – e movimentar uma outra semiótica de deslocamento e reversão.

Uma primeira consequência que tiramos daqui é: todo o discurso revolucionário fundado no mecanicismo do século XIX não apenas é ignorante quanto aos seus significantes, mas trava o espírito revolucionário quanto à leitura e semiotização das dobras e façanhas do capitalismo e seus sistemas de fetichização.

Se essa constatação é verdadeira, e se a luta deve continuar sem armas e sem conformismo lambe-botas, então talvez seja o caso de reunirmos os dados para composição de uma outra epistemologia da revolução – e não temos um ponto de partida mais radical do que o do campo linguístico-literário. Primeiro, por ser determinante na virada linguístico-literária das ciências humanas, ao longo de todo o século XX, percebemos a consequente suspensão,

ainda que provisória, da matemática e da teologia como critério científico e político; segundo, por nos permitir mapear, nos principais autores das ciências humanas do século XX, bem como em seus comentadores, os usos das principais descobertas e experimentações da linguística e da literatura, além do conjunto de problemas e questões sobre o sentido de revolução e de reinvenção do ser humano e suas formas de sociabilidade e de produção simbólica libertárias; terceiro, pela capacidade de acolhimento, no campo linguístico-literário, dessas descobertas nas ciências humanas, criarmos uma zona autônoma de produção de um trabalho científico, político e estético radicalmente multidisciplinar e democrático.

BELETRISMO COMO SINÔNIMO DE CONFORMISMO E COOPTAÇÃO

Uma imagem de beletrismo entre nós bastante difundida é a de “arte pela arte”, que o parnasianismo à brasileira engendrou e que marcou o corpo da cultura. Isso foi tão fecundo que deixou de ser um procedimento artístico conservador na periferia do capitalismo para, contemporaneamente, tornar-se quase um crivo cultural.

Em “A democratização no Brasil (1979-1981): cultura *versus* arte”,² Silviano Santiago argumenta que *belles-lettres* é também sinônimo do alto modernismo que perdeu seu poder de contestação, seja porque o tema da exploração do

homem pelo homem não contempla a produção cultural minoritária e suas novas frentes de luta, seja porque o leitor comum teria sido excluído pela alta especialização da linguagem, então acessível apenas aos vanguardistas e seus pares (escritores, críticos, historiadores, teóricos e intelectuais).

A cultura então ascende porque não apenas os poetas e escritores marginais assassinam Mallarmé³ e saem picando os muros da cidade com o sangue da poesia, mas também porque não interessa mais a noção de literariedade que atravessa o alto texto literário, agora transformada num banquete antropofágico: cada leitor agora pode recolher uma cena como um gesto de profanação e reinvenção de si, do mesmo modo que o crítico literário ou cultural não deverá mais estar preocupado apenas com estruturas de linguagem, mas com o que essa estrutura teria recalcado em termos de imagem cultural e sua expressão de sujeitos e historicidades.

Em “A praga do beletrismo”,⁴ e em certa medida em oposição a Silviano Santiago, Luiz Costa Lima caracteriza essa “praga” que devasta o campo linguístico-literário como entulhado de disciplinas, fraco filosoficamente, ignorante quanto à sua potência e com funcionamento semelhante ao de um curso de pedagogia, e vai além: toda a abordagem multicultural é também beletrista.

Ao se compararem as duas perspectivas, pode-se, de um lado, vislumbrar em Silviano Santiago uma espécie de “desembaraçamento do marxismo”, em linha foucaultiana,

mas que parece confundir marxismo com stalinismo, ou, ao menos, que não considera a força emergente do marxismo contemporâneo. De outro, em Luiz Costa Lima, acredita-se ainda numa potência da vanguarda estética, sua vontade de ruptura, seus espaços de experimentação formal, que parecem, contraditoriamente, abolir ou não ter nenhuma esperança nas instituições literárias: escolas, universidades, governos, além, claro, de toda cadeia produtiva derivada do linguístico-literário.

Entretanto, um olhar mais arqueológico para a emergência das *belles-lettres* pode apontar linhas gerais para um outro roteiro de crítica cultural. Começemos com uma pergunta: não teriam sido as *belles-lettres* uma tentativa de cooptação do campo linguístico-literário pelo Estado, em conúbio com o capital, pós-Comuna de Paris em 1871? Em uma carta aberta aos artistas da França e países vizinhos, datada de 18 de março de 1871, momento em que se instala a Comuna em Paris, Gustave Courbet⁵ conclama e convida todos os artistas para numa assembleia discutir e definir um decreto *communard* para artes.

Entre os principais motivos, temos: 1) a elaboração de uma proposta de “reorganização da Administração das Belas-Artes”, com os objetivos de combater a arte aristocrática e teocrática, sua abordagem feudal, e de combater as academias e institutos, pois até então só promoveram arte convencional e banal, distribuíram privilégios, suprimiram a espontaneidade e atrofiaram o espírito e a mente do artista, através da perpetuação da arte pela arte, sem

caráter, nem convicção; 2) a discussão em assembleia de artistas sobre planos, projetos e ideias para uma reorganização da arte, seus interesses materiais, necessidades, filosofia e seu papel na reconstrução física e moral do homem para a experiência democrática; 3) a definição de um movimento para salvar a nação de um abismo. Como um símbolo dessa intensa atividade política, promove-se a derrubada da Coluna Vendôme, em homenagem a Napoleão, então produzida com o chumbo fundido de 1.200 canhões europeus, tomados durante as conquistas da chamada revolução democrático-burguesa na França.

Mesmo sem entrar no mérito de que a Comuna só durou 72 dias – 26 de março a 28 de maio – e que, portanto, acabou levando consigo a sua concepção de arte, pode-se extrair dessa carta de Gustave Courbet o seguinte: como crítica ao controle da obra de arte por parte do Estado, através de academias e institutos, não basta uma reorganização da arte, em termos de interesses materiais (isto é, semióticos, formais) e de sua filosofia, mas, necessariamente, uma reorganização da sua administração para se repensar e criar outras instituições comprometidas com a abertura do espírito e mente do artista, bem como com a construção de uma sociedade democrática.

Se a literatura é uma arte da palavra, então as propostas da Comuna têm tudo a ver com ela. Fiquemos com dois exemplos extemporâneos: *Os sertões*,⁶ de Euclides da Cunha, e *As flores do mal*, de Charles Baudelaire.⁷ Em Euclides, o povo do sertão e sua luta toma a obra de

assalto, mesmo contra a vontade do escritor e seu aprisionamento formal e ideológico. Em Baudelaire, não caberia apenas uma crítica ao Estado e suas noções e práticas de política pública para as artes, mas assumir o fetichismo da mercadoria, mudar o uso do texto literário, apostando no seu estranhamento, no choque e no corte, como condição de enfrentamento do capitalismo, em sua fase superior e imperialista.

Na mesma década da Comuna, precisamente em 1879, surge, ainda, um livro com espírito de revolução *communard*. Escrito por Ferdinand de Saussure, aos 21 anos, trata-se do *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*.⁸ Ao perguntar sobre a forma e sentido do “a” nas línguas indo-europeias e, depois de rigorosa pesquisa, chegar à conclusão de que há, diacrônica e sincronicamente, uma multiplicidade de realizações fônicas, acompanhadas, também, de uma multiplicidade de imagens acústicas, constata, para além disso, dois problemas cruciais e incontornáveis para a epistemologia linguística de seu tempo: a realização fônica de [a], [ã], [ae], [ao], acompanhada de sua respectiva imagem acústica, é inseparável e implica, radicalmente, uma duplicidade paradoxal – esse materialismo (fonicidade e imagem acústica como processo mental) permite suspender o sentido de transcendência no que tange aos estudos sobre língua no Ocidente, até então.

Estabelecidas, aqui, as linhas, dobradas, para uma arqueologia do beletrismo, podemos indicar que: a) não

pressupõe apenas conformismo e cooptação, mas, principalmente, a separação da atividade filosófica da atividade administrativo-política; b) puro trabalho formal desvinculado do estilo de vida de quem o pratica; c) negligência quanto ao papel de cidadão que, queira ou não, participou da invenção do Estado como instituição de direito público e que, como tal, deve ser submetido à sociedade civil, e não o contrário; d) no limite, e com a supressão da luta de classes, bela será a vida, e como obra de arte; e) a língua como fenômeno social só faz sentido se materializada numa enunciação coletiva e revolucionária.

Como já citamos, é durante o retinir de armas da Primeira Guerra Mundial que, conforme Benveniste (citando Nietzsche), o *Curso de linguística geral*,⁹ organizado pelos alunos de Saussure, aparecerá, revolucionariamente, como “patas de pombos”. E não só porque mudará definitivamente a linguística do século XX, proliferando os mais diferentes grupos e centros linguísticos ao redor do mundo, mas, principalmente, por acompanhar a literatura numa revolução cultural sem precedentes.

Em *Literatura e revolução*, Leon Trotski,¹⁰ além de combater a noção de literatura proletária – que, segundo seu ponto de vista, como também do ponto de vista de Lenin, seria inviabilizar a abolição da luta de classes –, propõe que a função da literatura fosse a de se apropriar da simbologia da cultura secular burguesa numa oficina de reinvenção do mundo junto com os trabalhadores – estes que, de fato, junto com a natureza, produzem a riqueza material existente.

Outros Shakespeares analfabetos seriam formados não apenas por políticas literárias efetivas de um Estado proletário em transição e/ou em círculos de cultura, a exemplo do que foi proposto e praticado por Paulo Freire, no Brasil, mas no trabalho cotidiano e de resistência à exploração do trabalho onde quer que essa exploração viesse a ocorrer. Sua pergunta-chave sempre foi: de que lado, na hora do quebra-quebra revolucionário, estariam os escritores, no *front* ou conspirando contra a revolução? Em que pese a vigilância do partido sobre a produção literária e cultural, com a revolução bolchevique em 1917 nenhuma liberdade de expressão, nem de experimentação formal, foi cerceada pelo Estado revolucionário.

Segundo as palavras de Trotski:

A tarefa principal da *intelligentsia* proletária para o futuro imediato não está, entretanto, na abstração de uma nova cultura – cuja base ainda falta –, e sim no trabalho cultural mais concreto: ajudar de forma sistemática, planificada e crítica às massas atrasadas a assimilarem os elementos já existentes da cultura já existente.¹¹

Ainda, conforme as palavras de Lenin:

É fora de discussão que, menos do que qualquer outro, o trabalho literário não é passível de nivelamento mecânico, de um domínio da maioria sobre a minoria. É fora de discussão que, nesse campo, é necessário garantir o máximo espaço à iniciativa pessoal e às inclinações individuais, o máximo espaço

ao pensamento e à fantasia, à forma e ao conteúdo (...) Estamos longe da ideia de pregar um sistema uniforme ou uma solução do problema mediante qualquer deliberação. Não; nesse campo, não há lugar para esquematismo.¹²

O impacto desse olhar sobre a função social da literatura e da língua incendeia o mundo, mas dura pouco, até o advento de duas pragas contrarrevolucionárias: o nazifascismo e o stalinismo.

Em *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben,¹³ após rigorosa pesquisa arqueológica, nos revela, não sem assombro, que a maior façanha do nazismo, em seus campos de concentração, não foi apenas a de experimentar, em seus laboratórios, a destruição da língua, como instrumento de linguagem, de quase seis milhões de judeus (maioria de artistas e intelectuais), antes de levá-los às câmaras de gás.

Para Agamben, esse laboratório de destruição da língua, dos assim chamados muçulmanos, se dava não apenas de forma direta, através dos instrumentos de tortura, obrigando os judeus a falarem, mas também de forma indireta, pelos alimentos/venenos que eram forçados a ingerir visando-se ao definhamento das funções vitais dos corpos, com rebatimento direto em regiões cerebrais com a função de linguagem. E esses experimentos não se deram apenas aí, em contexto de barbárie (durante a Segunda Guerra Mundial), mas teriam sido um paradigma para um laboratório do futuro. Melhor dizendo: um laboratório com funcionamento a pleno vapor em nosso tempo presente.

Por sua vez, o stalinismo, por meio de várias instituições culturais controladas pelo Partido Comunista, sobretudo a partir do Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, de 1934, instituiu não apenas o controle da experimentação formal e da expressão da imaginação criadora, por parte de escritores e artistas, mas também impôs os temas de interesse do Estado, seja nas propagandas de si mesmo como Estado proletário, seja como inimigo do Estado burguês.

A noção de realismo socialista, como degradação das condições de possibilidade para uma apreensão e crítica dialética do real, na sua relação com o imaginário e o simbólico, seria um puro reflexo da realidade. E aqueles que criticassem esse tipo de política de Estado não só teriam sua obra censurada, mas também, como ocorreu em milhões de casos, seriam aterrorizados ou mesmo assassinados, a tal ponto que o crítico italiano Vittorio Strada, segundo Wilton Oliveira, vai dizer que

o realismo socialista vai produzir no campo das artes e da literatura um estrago que não se compara sequer ao que produziu o nacional-socialismo na Alemanha nazista. Usando como argumento a necessidade de educar as massas em direção a uma sociedade de iguais, formou-se uma sociedade cujos dirigentes só toleravam o escritor ou o intelectual como elemento integrado e subordinado ao “espírito do partido”.¹⁴

Com a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, do fim da Segunda Guerra Mundial ao início dos

anos de 1990, vimos, através da produção artística e literária, bem como através da produção na área das ciências humanas, o retorno em diferença das mais radicais modalidades de experimentação formais oriundas do início do século XX, anteriores ao autoritarismo de Estado, e uma virada linguístico-literária em todas as ciências humanas, como condição não apenas de renovação teórica e metodológica, mas como espaço de enunciação de sujeitos, grupos, tribos, nações, desterritorializados de sua língua, cultura e território de sociabilidades e construção de si.

Assim, o(a) estudioso(a) do campo linguístico-literário, em tese, seria aquele(a) que, ao utilizar as mais diferentes ferramentas de pesquisa, ensino e extensão, perscrutaria a língua como fenômeno social e possibilidades artísticas, sua realização fonológica e escrita, bem como seus efeitos nos processos de subjetivação e práticas do significante e do sentido em quaisquer que sejam as comunidades linguístico-literárias existentes, da mesma forma que nas comunidades que já existiram, como prospecções e roteiros semióticos.

Mas ao se perguntar a um estudante em processo de preparação para sua entrada num curso de Letras: o que lhe ocorreria como horizonte de estudos e prática profissional? Para alguns, certamente, Letras seriam como estrelinhas brilhando no espaço sideral ou no fundo de sua cabeça; para outros, a oportunidade de dominar a língua e cultura gregas, latinas, ou mesmo línguas indígenas e africanas, sânscrito, mandarim, ou simplesmente o sonho, formatado, de falar inglês fluentemente como um britânico ou

um norte-americano; e para outros, ainda, o único curso disponível e mais fácil de selar sua entrada numa faculdade privada ou numa universidade pública.

Portanto, há uma imensa distância, ao menos no Brasil, entre desejar fazer um curso de Letras e um de Medicina, Engenharia, Direito, Ciência da Computação, e mesmo qualquer outro das ciências humanas ou sociais aplicadas, tais como, respectivamente, História, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Administração e Comunicação. Que papel o mercado profissional jogaria nessa escolha ou emergência do desejo? E se não fosse o mercado das Letras a impor o beletismo e as formas de cooptação, que outros mercados vislumbrar, que outras estranhas instituições inventar?

REPÚBLICA DE PAPELETRAS COMO TRAIÇÃO DE CLASSE

Vimos, até aqui, os usos do campo linguístico-literário feitos pelos diversos dispositivos de poder, de direita e de esquerda, bem como através dos mais diferentes atores sociais, desde a carta aberta do artista plástico Gustave Courbet, provocada pela Comuna de Paris.

Os usos que a extrema-direita, representada pelo nazifascismo, fez dos campos de concentração se diluíram nas imagens do holocausto e numa espécie de metafísica da barbárie, em que não há culpados nem inocentes e,

como tal, parecem circular livremente como simulacros da vida contemporânea. Já os que a extrema-esquerda fez, crente de que estava emancipando a humanidade, e que se esbarraram na potência da língua e da literatura em seus usos libertários, culminaram num clichê de difícil solução: a ordem do discurso é uma traição de classe.

Como tem sido árduo para certo marxismo mecanicista enxergar outra noção e prática de luta para além da luta de classe e sua contraditória epistemologia! Isso se traduz pela emergência da consciência de explorado num trabalhador – em dado lugar da exploração capitalista – que se articula em coletivos de trabalhadores iluminados por uma minoria revolucionária. Estes, contudo, se organizariam em torno de uma primeira etapa, que seria uma revolução democrático-burguesa a qual cairia numa outra etapa, que seria a revolução proletária. Esta, por sua vez, faria perecer o Estado (transitório) para, finalmente, se darem a abolição da luta de classe e o advento do comunismo e da sociedade humana emancipada do jugo capitalista.

E se a emergência da consciência, numa multiplicidade de coletivos de trabalhadores, se der em 100 mil lugares diferentes no tempo e no espaço da exploração capitalista, como seria essa dinâmica etapista? Imaginando as mesmas estratégias de dominação por parte dos aparatos burgueses, forçando a mesma leitura dos clássicos da revolução na instalação de Estados proletários e forjando a mesma temporalidade nos processos diferenciais de transição dos diversos Estados proletários para uma sociedade

comunista, ou seja, senão inviabilizando completamente o próprio materialismo histórico em seu devir e acontecimento epistemológico, como se daria a interpretação desse fenômeno, pelas minorias revolucionárias, senão supondo o mesmo conjunto de afetos para uma miríade de coletivos de trabalhadores em processos de luta diferentes?

Se a riqueza material existente deriva da natureza e da força de trabalho da classe trabalhadora – e não daqueles que detêm os modos de produção e a indústria do simulacro –, a questão revolucionária por excelência ainda continua sendo quem produziu a riqueza material existente, além da natureza e da classe trabalhadora, e para quem ela deve retornar. Ou, ainda, a única justiça social realmente emancipadora implica, necessariamente, uma apropriação, por parte dos trabalhadores, da matéria-prima, das máquinas e das fábricas. Mas isso só parece ser possível uma vez afirmadas e praticadas todas as formas de luta contra as ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico a que foram e têm sido submetidos os povos da periferia do mundo ocidental.

Antes de uma teoria materialista da história, talvez seja ainda necessária uma teoria materialista do tempo, em que a língua e a linguagem, em cada ser humano, em cada corpo oprimido, reencenam a infância de cada adulto, afirmem a entrada na língua e seu laboratório da história em cada criança, como condição de emergência de outros sujeitos cujas historicidades coexistam umas com as outras.

Se recorrermos a um sociólogo como Stuart Hall, vemos que, para o desenvolvimento dos trabalhos científicos do Centro de Cultura Contemporânea de Birmingham, teria sido necessária uma virada linguístico-literária no campo sociológico para que os pesquisadores avançassem em suas teorias, métodos, técnicas de pesquisa, além de condição de emergência para novos problemas epistemológicos, a exemplo dos estudos de gênero, raça, diáspora, minorias. Outras posições de reconhecimento da potência do campo linguístico-literário e suas conquistas científicas e estético-políticas podem ser ainda mapeadas na obra de um antropólogo como Claude Lévi-Strauss, de um psicanalista como Jacques Lacan, de um historiador como Carlo Ginzburg, de filósofos como Gilles Deleuze, Giorgio Agamben e Jacques Derrida.

Além do reconhecimento, foi possível às ciências humanas e mesmo à matemática multicultural, pela teoria da significação e da abertura do significante e, recentemente, pela teoria da enunciação, sobretudo nos últimos 50 anos, desmontar o positivismo matemático como único critério científico, em movimento desde o século XVI, e abrir ao pensamento contemporâneo um novo desafio: “a redefinição do transcendental em função de sua relação com a linguagem”.¹⁵

Agindo contra a lógica da tripartição – um “eu”, uma “imagem do mundo”, um “livro” – engendrada pelo pensamento arborescente que atravessa os sistemas de dominação, sejam eles criados e alimentados pelo Estado e seus

governos de direita ou de esquerda, temos uma “literatura menor”, de um Franz Kafka, bem como de uma rede de escritores disseminados pelo mundo, que fazem uma língua maior devir menor, minoritária, as marcas nos corpos oprimidos devir uma política da subjetivação e do cuidado de si e, das ficções pessoais, uma enunciação coletiva.

Se, com a Queda do Muro de Berlim e o esfacelamento do Bloco Soviético, em final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, emergiu, no dia seguinte, a chamada nova ordem mundial e seu pós-modernismo de divulgação, já sabemos, com este texto, quais eram seus aliados e, mais do que isso, por que o muro teria sido derrubado e o Bloco “Soviético” se esfacelado.

Assim, a república de papeletras se define a partir do confronto de duas gramáticas complexas: a) uma que investe no governo, isto é, no controle do povo, pelo povo e para – inviabilizar politicamente – o povo (em sua expressão e representação, aquisição de direitos e distribuição de riquezas); b) outra que, mudando o conceito de povo para o de proletário, paralisa o movimento dialético e complexo da história, suas historicidades e revolução permanente a favor da abolição da luta de classes.

O resultado desse confronto acaba por produzir essa outra imagem política para o século XXI: considerando que o verbo não se fez carne, mas apenas soldou a religião à política nas várias formas do Estado de exceção, inclusive nos ditos democráticos, é tarefa urgente tornar a palavra falada, escrita – ou, mais abrangentemente, qualquer forma

de representação – a principal matéria-prima; visibilizar na escola *communard* existente sua máquina de desmontagem da relação entre palavra e coisa, quem se manifesta, sob que estrutura lógica essa matéria-prima se apresenta; e demonstrar como uma multiplicidade de associações de homens, mulheres e crianças livres fabricaram e/ou têm fabricado outras noções de direito associadas à vida libertária, para que o trono do poder esteja sempre vazio como esvaziável tem sido o significado transcendental por força do embate e da guerra de relatos que envolve todos os desterritorializados.

Assim, se o Estado é uma instituição cultural e de direito público e que, como tal, deve ser controlado pela sociedade civil organizada, até o seu completo perecimento pós-abolição do capital e da luta de classes, e se a experiência de “socialismo real”, nos moldes implementados pelo stalinismo de Estado, não foi necessário nem suficiente para abolir o capital, de duas uma: ou o materialismo histórico repensa a sua noção de tempo para um alinhamento descentrado das historicidades ou a “traição de classe” será o único oxigênio para o não perecimento do marxismo e seu espólio.

LETRA COMBATIVA E SOCIALISMO LIBERTÁRIO

Numa palestra proferida na mesa-redonda “Civilização ou barbárie”, no dia 12 de novembro de 2010, em Salvador,

no IV Seminário do CEMARX (UNEB), que teve como tema “Crise de civilização ou crise do capital: a reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual”, encenamos estar num ambiente democrático como o da Comuna de Paris ou nos bons tempos leninistas ou, ainda, num espaço marcado por um radical marxismo multidisciplinar, começando por uma dupla provocação: qual o sentido de um sujeito, declaradamente ambivalente, pós-moderno, pós-estruturalista, crítico ferrenho do stalinismo tardio, meio marxista, meio anarquista, que opõe o super-homem à dialética, o que, me digam, esse sujeito está fazendo aqui? Ou ainda: que força terá permitido o retorno em diferença do crítico guerrilheiro expulso de Stalingrado, a cidade da revolução perdida?

Desdobrando a provocação: por que “civilização ou barbárie” e não, como na boa tradição, “socialismo ou barbárie”? Que relação há entre “crise de civilização ou crise do capital” e o tema da discussão proposta? Se se perguntar por “civilização” em detrimento do “capital” é um falso problema, por que “civilização” se opõe a “barbárie” e não a “socialismo”? Essa espécie de “lapso” conceitual não seria um sintoma de uma problemática mais profunda e que sempre escapa aos modos de ler e de interpretar de certo viés do marxismo?

Ao se instalar uma máquina de guerra conceitual no interior do próprio marxismo, propomos, ao mesmo tempo, descrever a lógica desse sintoma e tematizar a noção de civilização como perspectiva socialista.

Concordando com Rosa Luxemburgo, socialismo ou barbárie não só implicam uma posição contra o imperialismo como fase superior do capitalismo – em que França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, desmanchando a lógica liberal da livre concorrência entre empresas, bancos e nações capitalistas, impõem a do monopólio das riquezas do mundo por um punhado de empresas e países –, mas principalmente mostram como a Rússia democrático-burguesa (pós-1905) e sua vocação colonialista também se colocam numa linha monopolista que não desaparece com a Revolução de Outubro de 1917.

No início dos anos de 1960, e com a derrocada do stalinismo mecanicista, outra noção de socialismo ou barbárie entra na cena teórica com Cornelius Castoridis. Trata-se de evocar as contribuições da Comuna de Paris, e o valor de seu poder enquanto espaço vazio, o valor de ao mesmo tempo legislar e executar, o valor da dissolução da hierarquia, ao menos financeira, entre os servidores públicos, e o valor da função do exército a serviço do povo e da revolução e não mais como segurança da classe dominante.

Esses valores, como força de combate à barbárie do socialismo mecanicista (destruição de milhões de bolcheviques revolucionários, do Exército Vermelho, e da completa alienação da classe trabalhadora), agora, no coração dos anos de 1960, deveriam se proliferar no interior das fábricas, como de todas as instituições-aparelhos ideológicos do Estado.

No início desse milênio (precisamente em 2003), István Mészáros, em *O século XXI: socialismo ou barbárie?*,¹⁶ leva adiante as questões de Marx e de Rosa Luxemburgo, indicando as contradições do capital enquanto tal e os desafios históricos do movimento socialista, a ponto de inviabilizar qualquer esperança para a humanidade, se o poder destrutivo do capital e seus metabolismos, sua crise sistêmica, suas armas nucleares, seus mísseis, seus aviões e insetos não tripulados não forem destruídos, e de forma radical.

Entre essas três perspectivas de pensar socialismo ou barbárie ou seu suplemento disjuntivo, “barbárie se tivermos sorte”,¹⁷ o que pensar de uma civilização a partir de um crivo radicalmente socialista? Sem insuflar literatura no cerne da discursividade marxista, seria possível essa virtualidade? Sem crítica cultural ao nazifascismo e ao mesmo tempo ao stalinismo tardio teríamos alguma chance de fazer retornar os valores da Comuna de Paris, agora como possibilidade do “salto histórico” proposto por Lenin?

Ora, grande parte do pessimismo marxista escatológico parece derivar mais dos impasses e impossibilidades de encarnação histórica de uma ideia – a luta de classes, a tomada de poder por parte da classe trabalhadora, a superação desta classe enquanto classe dividida e o advento da vida enquanto obra de arte numa sociedade comunista – do que das estratégias e práticas equivocadas de todo o sistema marxista. Ou seja, o sistema é monolítico e não pode mudar: o problema é da realidade, que está desde sempre eivada de fetichismo burguês.

Bem pensado, há nos últimos 500 anos, na África, na América Latina e na Ásia, povos e culturas vivendo como baratas e insetos da escatologia marxista pós-barbárie ou em contexto de barbárie.

Se fizermos retroagir à Comuna de Paris, enquanto um personagem conceitual, para o período de ocupação colonizadora na África e na América Latina, podemos divisar que grande parte dos povos existentes foram não só destituídos de sua língua política diferencial, mas de seu território, de sua cultura e mesmo de suas formas de dizer-se e afirmar-se no mundo social e “civilizatório”.

Eram formas de representar o mundo comunal em diversas línguas e num espaço temporal que não cabia na linha reta da história, seja ela positivista, mecanicista e etapista; eram formas de relação com a terra e com o espaço, completamente fora da lógica racionalista e da ordem jurídica, seja ela iluminista, fundada no economicismo e suas noções de acumulação pela via do trabalho; eram formas, enfim, de construção de um sistema identitário e de pertencimento, fundadas numa outra ordem coletiva, nômade, contra o Estado e suas efetuações e irracionalismos.

Quando intelectuais marxistas lamentam profundamente a perda das alianças comunistas pós-Segunda Guerra Mundial, a emergência da polarização soviética – isto é, incluindo os países inventados pelo stalinismo e seus tanques de guerra e de ocupação – e o fim do Estado de bem-estar social, pergunta-se: e as baratas-povos pós-pré-barbárie

que povoavam e/ou povoam contemporaneamente os tristes trópicos?

Se a condição, marxista por excelência, da tomada de consciência enquanto objeto de exploração e da possibilidade de ser sujeito é factível aos povos colonizados, no momento mesmo da ocupação linguística, territorial, cultural e ontológica, em tempos mercantilistas ou imperialistas, então não se trata apenas de arrebanhá-los através de partidos e de sindicatos para, numa evolução da consciência e da organização de classe, projetar as etapas até o advento do comunismo, mas de abrir a teoria para a assimilação de outras formas de produção de conhecimento combatente, outras formas de resistência ao processo de barbárie, outras formas de multiplicação do sentido da vida social.

Assim, propomos uma reflexão sobre a noção de barbárie no interior do próprio pensamento marxista. O que teria feito o super-racionalismo burguês, que Lukács¹⁸ chama de irracionalismo, com as organizações e estruturas do sistema marxista? Ou, ainda, o que o desvio stalinista da teoria – o socialismo em um só país, a conceitualização do acontecimento antes de conhecê-lo, a destruição sistemática do experimental, a imposição do coletivo em lugar do trabalho da subjetividade – teria provocado no interior do sistema, impedindo-a de progredir, de ultrapassar as fronteiras da classe trabalhadora e ser, hoje, ensinada e difundida entre as crianças, os índios, as mulheres, os negros, os homossexuais?

Sabemos que ninguém, nenhum grupo, tribo, nação, pode prescindir da pergunta sobre quem produz a riqueza, além da natureza e da força acumulada do trabalho, como condição de entendimento da lógica de distribuição sistemática de migalhas e misérias, mas, indo além dessa pergunta e do simples entendimento, como torná-la pedagógica, afirmá-la como uma arma de todas as tribos em suas lutas de reparação econômica, cultural e política? Com certeza, não será nem nos sindicatos nem nos partidos.

Para evitar a dizimação completa, ou essa barbárie às avessas, de um pequeno grupo de sindicalistas fingindo representar a categoria ao portarem bandeiras e palavras de ordem completamente ignoradas pela maioria, de um pequeno grupo de intelectuais portadores do espólio marxista e do segredo da interpretação última e da prática correta dos preceitos e receitas contra os males do capitalismo fetichista, bastaríamos retomar, evocar, reinventar, cartografar coletivamente os principais valores da Comuna de Paris que, combinados com uma cultura da linguagem, permitissem aos novos sujeitos esvaziar o sentido de um poder político absoluto e, ao mesmo tempo, o sentido absoluto de qualquer signo.

Um marxismo de bolso, enfim, e com apenas alguns princípios. Por que há pobres e ricos? Isso vem de uma luta de classe. Por que o pobre quase sempre acha que sua condição é uma natureza ou uma ordem divina? Isso deriva de uma imposição e naturalização de uma lógica perversa fundada no valor de troca e não no valor de uso.

O que é valor de uso? O que é valor de troca? O primeiro, a qualidade do trabalho onde quer que ele ocorra e não apenas no interior das fábricas; o segundo, a substituição do trabalho pela ênfase em seus produtos expostos na vitrine e através da propaganda e do marketing. Como tomar consciência disso? O sentimento de insatisfação por qualquer forma de exploração econômica, política, linguística, familiar, religiosa já é um modo de acontecimento e de leitura do corpo. Como organizar esse sentimento numa forma política? Formar grupelhos não esquecendo que há outros em situação idêntica, e desde sempre. Seria possível, então, a emancipação da humanidade através dessa multiplicidade de grupelhos? Não sabemos ao certo, mas só faz sentido lutar sabendo por que se luta. E, em cada contexto, um ato simbólico como cultura política, o crivo de uma luta de classes para se devassar a lógica da representação fetichista e uma consciência da ideologia da forma e seus modos fabricar, falsificar e representar os diversos níveis da realidade.

Assim, poderíamos não só imaginar e inventar concretamente uma sociedade civil marxista, mas, mais importante do que isso: situar, nas diferentes sociedades e em todos os tempos, a gênese de seus precursores. Uma nova metafísica? Não. Um esvaziamento de um sistema de verdades, o marxismo mecanicista, inflexível, mumificado, por um signo estratégico e combativo, acessível a todo e qualquer trabalhador/a, em sua luta cotidiana com os patrões, mas igualmente contra sua ordem simbólica e

processos de subjetivação reacionários, sejam de direita, sejam de esquerda.

Um marxismo ensinado às crianças seria também uma forma de evitar o seu perecimento e barbárie. Evidentemente que não estamos propondo brinquedinhos barbados, a exemplo de um Marx Barbie, ou fotos de Stalin, Mao Tse-tung, Che Guevara povoando os quartos dos bebês, mas de reinventar a pergunta marxista por excelência nas mais distintas situações e contextos pedagógicos.

Se entendermos por infraestrutura a série econômica, estatal e o cotidiano das pessoas e por superestrutura a série ciência, moral e artes/cultura, então, de um ponto de vista marxista contemporâneo, podemos inferir que entre pessoas, sujeitos, tribos, que constituem a infraestrutura, podem existir ao menos um, com sua acumulação cultural, capaz de deslocar a ordem do fetichismo burguês (que atravessa ciência moral e arte) e modificar, desorganizar, revolucionar a ordem infraestrutural. Logo, a infraestrutura pode ser também determinada pela superestrutura.

E não se trata apenas de cultura sindical e partidária que, nesse caso, me parecem as mais incompetentes para fazer isso, mas da distribuição de uma multiplicidade de comunas através da ordem cultural. Um contraexemplo: a grande façanha do fetichismo burguês e seu super-racionalismo é fazer com que sua lógica se reproduza através das diferentes e atuantes formas de representação (artística, científica, religiosa) da realidade e confundir a realidade

ela mesma com as formas de sua representação, tornando indiferenciável ficção e realidade.

O que aconteceria, então, se o marxismo clássico passasse a se interessar também pela questão cultural como a forma marxista e revolucionária, por excelência? No mínimo, teríamos que repensar todo o estrago que o stalinismo fez reduzindo a cultura à propaganda partidária e retomar, em outros termos, e com as contribuições teóricas e práticas pós-Maio de 68, o legado de Lenin e de Trotski, em termos culturais, a saber: em vez do investimento numa cultura proletária – que seria inviabilizar a revolução –, investir no saqueamento e apropriação da matéria-prima cultural burguesa, de suas máquinas de produção de signo, enfim, de sua fábrica, e oferecê-las aos trabalhadores/as, às crianças, aos negros, às mulheres, trucidados, desde sempre, pela ordem fetichista.

Nesse sentido, política passa a ser a forma revolucionária por excelência de se fazer cultura. Semelhante ao que Isaac Bábel, escritor soviético e membro da Cavalaria Vermelha em seus tempos áureos, fez ao denunciar a deformação do espírito revolucionário quando os burocratas começam a emergir com estatuto do partido debaixo do braço e desqualificando qualquer perspectiva de vida política que não fosse a mecanicista, mas também ao se apropriar daquilo que havia de mais rico e afortunado da forma cultural burguesa.

Um exemplo agora bem recente e próximo de nós é o filme de Deivison Fiuza, *Carregadoras de sonho*,¹⁹ de 2010,

que trata da vida de professoras primárias da Bahia e de Sergipe. O Sindicato dos Professores de Sergipe (SINTESE) cria as condições para que um de seus artistas estude e se aproprie das várias técnicas do documentário, do cinema verdade e de outras cinematografias alternativas, e a baixo custo, e produza um objeto cultural (o filme) capaz não apenas de descrever a vida e o cotidiano de professoras como um ato simbólico e de intervenção na difícil realidade escolar da educação básica em suas primeiras séries, mas ainda de oferecer os signos para se pensar a luta de classes, além de colocar-se como ativista contra uma ideologia da forma²⁰ de representar vida de professores.

Por fim, uma última pergunta: fazer política socialista (organizar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, assumir o parlamento burguês para fortalecer a luta operária, criar um Estado proletário e suprimi-lo para que a emancipação de classe ocorra) é também uma forma cultural e histórica que teve seu início, seu desenvolvimento, sua acumulação, seus desvios, suas deformações, seus retrocessos, sua paralisia, sua mumificação, e se é assim como se configura o seu discurso? Em que consiste sua ideologia formal? Existe algo pronto e acabado para além dos homens e da história, ou essa forma cultural revolucionária só existe porque existem sujeitos solidários e empenhados na conquista da vida como poética da existência?

Queremos dizer, enfim, que o marxismo como um arquivo e espólio de partidos e sindicatos pode desaparecer que não fará falta à humanidade. Já como pergunta sobre a

forma do fetichismo e como organização e prática cultural contra uma ideologia da forma – seja ela burguesa, seja ela referente à atrofia do próprio marxismo e seus enlaces suspeitos –, isso sim, essa perda é irreparável. Seria a forma da barbárie que nós, os insetos e baratas pós-apocalípticos, não teríamos outra condição senão perecer. A luta desarmada continua.

CONTRADISPOSITIVOS: EQUIPAMENTOS DE CRÍTICA CULTURAL COMO POTÊNCIA LITERÁRIA

Um falso problema, e bem atual, ainda envolve o campo linguístico-literário, a saber: a naturalização de um discurso sobre a ausência de condições para que comunidades de leitores explorem as forças da escritura, em termos de *mimesis*, *mathesis* e *semiosis*,²¹ sem levar em conta os dispositivos estatais e o controle das formas intelectuais e afetivas de produção nesse campo.

Para tematizar esse falso problema, iremos reunir, num primeiro momento, um conjunto de situações políticas e institucionais que envolvem o campo linguístico-literário ao sistema científico no Brasil, e enquanto política de desenvolvimento institucional em uma universidade de pequeno porte – como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) –, fazendo emergir dispositivos de poder e sua malha microfísica e micropolítica. Num segundo momento, indicaremos as limitações de uma leitura literária

desinteressada e fruitiva, para, num terceiro momento, e a partir dos equipamentos de crítica cultural como potência literária, refazer o problema e propor alguns critérios para se dramatizarem as ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológico de povos colonizados. Vislumbramos, com isso, construir um lugar de solidariedade científica entre pesquisadores e comunidades culturais e educacionais excluídas desse sistema científico.

A questão correta, antiga por sinal, é: seria a literatura ou o campo linguístico-literário o lugar por excelência de uma tecnologia do signo capaz, ao mesmo tempo, de dramatizar a maquinaria de poder estatal e oferecer ferramentas para a anulação de dispositivos situados nas relações palavra-coisa, quem se manifesta nos atos de nomeação e sob que estrutura lógica se organiza este ou aquele pensamento/proposição?²² Ou, ainda, como através da literatura, transformada num operador simbólico, mobilizar vários domínios do conhecimento, e esvaziar a lei, a força reacionária de lei, que subjaz ao Estado de exceção em seu conluio com a metafísica e com o capital?

MO(VI)MENTO 1: PRESCRIÇÃO E EXECUÇÃO

Retomemos uma cena da mesa-redonda “Ensino de literatura em perspectiva comparada” proposta no XIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), em Campina Grande, Paraíba, em julho de 2013. Foram lidas as comunicações

“Enseignement de la littérature: expérience esthétique et formation du lecteur”, por Annie Rouxel, da Université Bordeaux, e “A ‘formação do leitor’ na escola pública brasileira: um jargão ou um ideal?”, pela pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Neide Luzia de Resende, da área de educação. Esta, que também esteve na base de criação e coordenação dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), pontua, com todas as letras, que o maior problema relacionado ao quadro desolador que envolve a formação do leitor no Brasil se deve à péssima formação, também, dos profissionais de Letras, por estes ainda se preocuparem apenas com a “análise” de textos literários em sala de aula.

Que o fechamento puro e simples na leitura cerrada do texto literário (em contexto de formação de leitores) seja problemático, não há dúvida; mas essa questão da formação para a “análise” de textos literários, de um ponto de vista crítico-cultural, já foi debatida, esconjurada em muitos programas de pós-graduação da área de letras e linguística, além de ser posta de lado na graduação em muitos cursos pelo Brasil, a partir da crítica às belas-letas e da inserção do multiculturalismo como emergência teórica, metodológica e signo radical do declínio da arte.²³

Assim, o profissional de Letras referido²⁴ implica, talvez, apenas o profissional formado pela USP e sua nucleação ou área de influência, cujo contraponto seria uma série de experiências inovadoras desenvolvidas em espaços epistemológicos liberados daquela “colonização” uspiana. Assim, aquela interpelação pública de uma educadora

exigindo outra formação para os profissionais de Letras, em pleno congresso da área de literatura comparada, revela não apenas um desconhecimento de inovações curriculares relevantes e práticas de leitura inovadoras, mas, principalmente, uma espécie de correção aos desvios do que fora prescrito pelos PCN, bem como um ajuste da inteligência e da sensibilidade ao que fora normatizado.

No XXVIII Encontro Nacional da Anpoll, em 2013, há outras cenas que merecem ser, também, aqui pontuadas. A primeira seria pontuada a partir do contexto dos novos desafios para a área de letras e linguística,²⁵ a saber: a educação básica, a interdisciplinaridade e a internacionalização. Sobre a educação básica, como desafio, os pesquisadores – credenciados em mais de 140 programas da área –, além de atuarem nos níveis de graduação, com ensino, pesquisa e extensão, e em dezenas de linhas de pesquisa, formando professores, mestres e doutores, em condições de perguntar e praticar questões sobre o que é educar de um ponto de vista linguístico-literário, mesmo assim esses pesquisadores filiados aos programas da área são ainda responsabilizados pelo Ministério da Educação, através da CAPES, quanto ao “desafio da educação básica”. Ora, se “no PNPG 2011-2020 a área de letras e linguística não é contemplada, apenas pega carona na educação básica”, então temos aqui uma contradição incontornável: embora detentora de um saber sobre a linguagem e suas possibilidades expressivas, o campo linguístico-literário, no sistema científico brasileiro, não

dispõe de um lugar estratégico para sua prática científica ou, por ser a área obrigada “a pegar carona na educação básica”, dever ser permanentemente destituída da possibilidade de ser esse lugar estratégico.

Em outra conferência do referido encontro, “Formação em letras e linguística hoje: desafios e conquistas”,²⁶ demonstraram-se as conquistas linguísticas no Brasil nas últimas décadas, mas saltou aos olhos de todos, também, a necessidade de exclusão da Linguística Aplicada, em todas suas vertentes, bem como a necessidade do conformismo, sem questionar, ainda, o labirinto em que se coloca seu comitê de assessoramento: a área de letras e linguística disputa território com outras 17 áreas, coordenadas pelo Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais (DEHS).

Em posição contrária à dos conferencistas anteriormente mencionados, o coletivo de coordenadores de programas e de coordenadores de grupos de trabalhos procurou situar o lugar institucional que cada coordenador deveria ocupar como representante da sociedade civil organizada, bem como estabelecer outra perspectiva para uma associação científica, que, em princípio, deveria estar comprometida com o debate, organização e criação de um movimento a favor de uma política da linguagem humana e de seus direitos linguísticos, culturais, territoriais e identitários. Em segundo lugar, rascunhamos um documento, como coordenadores de programas e

de grupos de trabalho, cujas linhas gerais apontaram para: elevação do status do campo linguístico-literário no sistema científico brasileiro a partir da visibilização das contribuições do campo às grandes políticas públicas do país quanto a ensino, pesquisa e extensão de língua e literatura, em todos os níveis da educação, passando pela política cultural e suas noções de livro, literatura, biblioteca e leitura, até as políticas de tradução prospectiva, vislumbrando o protagonismo internacional do Brasil, como potência econômica mundial, sobretudo em parceria com os países dos BRICS.

Assim, se por um lado o Estado prescreve – e sabemos que sempre articulado com uma lei metafísica e como aliado do capital –, a partir de documentos de área, regimentos gerais das universidades e dos programas aprovados, por outro o movimento social, na figura de seus representantes, reescreve: alguém da “análise” de textos literários em sala de aula e para além do prescrito pelos PCN, os alunos são estimulados a ficcionalizar a barbárie cultural que vivenciam e a se colocar como autores de outros signos e sentidos libertários.

Não se trata, portanto, de desqualificar, ainda mais, os cursos de Letras, seus profissionais e alunos, exigindo deles a assimilação do Estado de exceção em seu limite – definirem-se como portadores da capacidade de linguagem e de produção de sentido como condição de humanidade e vida inteligente e sensível –, mas de convocá-los, em conferências nacionais, estaduais e municipais permanentes,

para se pensarem, definirem e praticarem outras noções de direitos linguísticos e literários.

Se as noções de direitos linguísticos e literários são hoje decisivas, na definição de qualquer política pública e/ou política de conhecimento, por que a UNEB exclui do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2012 o campo linguístico-literário, ao confundi-lo com pedagogia ou educação? E não se trata de um alinhamento por ser essa universidade vocacionada para os cursos de licenciatura ou com ênfase no ensino. Pois, se assim fosse, outros cursos de licenciatura, tais como os de História, Química, Biologia, entre outros, deveriam ser subsumidos pelo conceito de educação ou pedagogia, mas isso não ocorre, e esses cursos ou campos de conhecimento são mantidos como estratégicos e considerados com fortes demandas dos territórios de identidade ou regiões administrativas (RGDs). Acrescente-se a essa indiferença institucional o fechamento, nos últimos três anos, de dois dos dezenove cursos de Letras (em Xique-Xique e Itaberaba), sendo substituídos por Engenharia de Pesca e Agronomia.

Não estaria faltando ao profissional das letras certa cultura política que o estimulasse a pensar o lugar do campo no sistema científico e nas políticas públicas? Ou, ainda, como o conjunto de professores e de estudantes no trabalho linguístico-literário, em todos os seus níveis de formação, deveria situar-se como despejados linguísticos, culturais, territoriais e ontológicos? Não seria a sala de aula, o material didático, os planos de curso e de aula, em sentido

macro e micro, uma série de dispositivos que precisariam ser repensados, questionados, anulados e reposicionados, a favor de uma cultura linguístico-literária cidadã?

Dado que o despejado linguístico é aquele que teve sua língua destruída ao memorizar e reproduzir nela valores subjetivos, históricos, culturais, cosmológicos, de outras línguas de dominação, sem se dar conta de uma alienação simbólica, na sua trama entre um real e imaginário impostos, o trabalho político de uma universidade de pequeno porte (como a UNEB) seria organizar outra política do conhecimento. Isso poderia ser feito através do campo linguístico-literário, na interface com outros domínios que começasse por uma tecnologia social do signo, cuja pedagogia libertária assumisse com desenvoltura o fragmento resultante do rompimento da relação entre palavra e coisa, reposicionasse o circuito da manifestação política, tendo como ator principal esse ser desterritorializado e sua lógica, paradoxal, de produção de sentidos.

MO(VI)MENTO 2: ESCRITURA E SALVAÇÃO

As forças da escritura – a *mimesis*, com sua potência de representar o real, mesmo quando o nega fazê-lo ou o faz através de uma estética do fragmentário; a *mathesis*, com sua potência de articular qualquer domínio do saber no monumento literário; a *semiosis*, por fazer do signo literário um espaço aberto à potência criativa dos leitores,

independentemente de seu nível de formação e capacidade de interpretação –, pelo que dissemos no “Mo(vi)mento 1”, tais forças só fazem sentido se articuladas a favor da desmontagem permanente do Estado de exceção: sua forma de nomeação, institucionalização e circulação dos efeitos de sentido, seus déspotas, sua lógica e/ou seus dispositivos de funcionamento. Assim, essas forças, por elas mesmas, como atividade desinteressada, como pura fruição, seriam uma forma de reprodução dos valores do Estado de exceção.

Se, agora, posicionando a máquina literária como uma ferramenta voltada à anulação e desmontagem de dispositivos de poder, perguntássemos pelo lugar das políticas públicas, pelo papel do Estado, pelas agências de fomento à pesquisa, pela escola como um lugar do exercício permanente do ato de conhecer, teríamos não só uma reabertura do imaginário e a produção de outros cenários como crivos do real, mas a distribuição de uma riqueza incomensurável: uma tecnologia do signo acessível em toda situação de leitura, literária ou não.

O prescrito se apresenta sempre com um sentido fixo, através da sombra de uma autoridade e como imposição naturalizada de uma lógica, ainda que sejam as três forças, anuladas, da escritura. Por isso, para a máquina literária funcionar, devemos, a exemplo de Franz Kafka, desmontá-la já a partir da metáfora, como um dispositivo reacionário, e criar condições, no ato pedagógico de leitura,

para, ao mesmo tempo, situar o déspota em sua rede de poder e instaurar outra série semiótica ou ressemiótica, como condição de uma práxis política transvaloradora.

O que é mais radical em tal práxis é que, muitas vezes, devemos, como despejados que somos, partir de uma marca no corpo de si mesmo, de uma pessoa, grupo, tribo, nação, como ponto de partida de uma cultura política revolucionária. Assim, aquele verbo que se fez carne deve passar por um crivo arqueológico (quem é que é o verbo, sob que condições de significação, quem o pronunciou como ato de nomeação, sob que estruturas lógicas ou cultura do ato de conhecer) e tornar-se palavra arbitrária devassada e marcada de historicidades.

Numa situação pedagógica qualquer, em que esteja em jogo um texto literário, uma cena gramatical, basta fazer o poder aparecer como o ponto de uma série para que toda a rede do poder possa ser visibilizada, mapeada, dramatizada. Assim, o que é ativo, o que interessa, como posição política e crítico-cultural, não é a leitura cerrada de um texto literário enquanto demonstração de uma riqueza simbólica em si mesma, mas como esse ato de conhecer e simbolizar um despejado linguístico, cultural, territorial e ontológico assume o poder de autorrepresentar, de jogar com suas ficções pessoais, de retomar sua potência de simbolizar e ressignificar o mundo sob sua mira estético-política.

Qual o mais radical sentido de riqueza: a do texto literário em si mesmo ou a de um sujeito qualquer – sobretudo

os despejados – se dando conta de sua potência de simbolização? Qual riqueza um país A ou B poderia desejar e efetivamente implementar para o seu povo: a de cada um poder dispor de riqueza material fetichista ou a de cada um com a potência de poder dispor simbolicamente do mundo para afirmar a estética de sua existência, na relação com os outros, sem aquele fetichismo que forma e conforma a cultura burguesa?

Se a condição de poder dispor de uma tecnologia dos signos é efetivamente a maior riqueza que um país pode e deve oferecer ao seu povo, qual o sentido de um sistema científico, uma associação para política de pós-graduação, uma universidade com uma dezena de cursos de Letras, um plano de aula ou de curso voltado ao exercício da literariedade pela literariedade: cada um desses dispositivos, a sua maneira e com sua função, inviabilizarem tanto os direitos linguísticos e literários quanto a afirmação e desenvolvimento de um mercado diferencial para as trocas simbólicas?

MO(VI)MENTO 3: ENTRE A ESCRITURA E A PROSCRIÇÃO

Um dos equipamentos, montado com recursos públicos de editais do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, é a Fábrica de Letras. Em seus cadernos produzidos pelos Círculos de Crítica da Cultura, além de versões, com até 60 páginas, de dissertações e teses desenvolvidas pelo programa – cujos temas, em linhas gerais, tratam

daquelas ordens de despejo já mencionadas –, vislumbremos, ainda, a publicação de entrevistas, textos, poemas, diários biográficos, autobiográficos de professores, estudantes, escritores, artistas, gestores das escolas públicas e equipamentos de cultura com os(as) quais mantemos relação de parceria e produção compartilhada.

Essa produção compartilhada potencializa-se a partir de outros equipamentos: o cinema digital, como laboratório, a estação do livro digital, o centro de restauração de impressos raros e o laboratório da personalidade cultural cenográfica. Através do cinema digital e sua política de formação e sedução de plateias, exibimos filmes sobre o universo linguístico-literário na escola e sua relação com a vida de professores, alunos, escritores, artistas e seus circuitos institucionais, além de, num segundo momento, a exibição regular, sempre seguida de debates, de uma cinematografia fora do eixo hollywoodiano, com o objetivo de se abrir outra rota para o imaginário político, sobretudo aquela que poderia ser desencadeada pela produção de países como China, Rússia, Índia e África do Sul.

Com a Estação do Livro Digital e o Centro de Restauração de Impressos Raros, damos tratamento a um tipo de material (diários, jornais antigos, cartas de alforria, revistas, livros antigos, arquivos de secretarias de educação e de cultura sobre produções literárias e de língua portuguesa, entre outros), resultado de uma espécie de arqueologia das ruínas literárias e culturais locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais, ao envolvermos parcerias com

universidades e centros de pesquisa, ao menos com os países de língua portuguesa.

O Laboratório da Personalidade Cultural Cenográfica é uma espécie de museu, a exemplo do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que, além da guarda e tratamento dos acervos linguístico-literários e culturais doados ao programa e à UNEB, parte das obras adquiridas – bem como painéis sobre recorte biobibliográficos de personalidades – é disposta, esteticamente, em galerias para acesso de estudantes, professores, artistas e demais membros da comunidade. Temos, ainda – e por força do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad-UNEB) do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (Pós-Lit) da UFMG –, o projeto Arquivo Literário e Cultural Itinerante, com a exposição e debate de cenas da vida literária e cultural com as comunidades com pouco acesso à universidade e ao meio acadêmico.

Como se pode notar, são atividades possíveis de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, envolvendo seus pesquisadores docentes, discentes, orientandos em iniciação científica e em trabalhos de conclusão de cursos, egressos vinculados à rede de escolas e equipamentos de cultura, que partem de um olhar político sobre o principal drama do sistema científico brasileiro expresso no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), a saber: a produção científica, sobretudo a da área de humanidades (já que o campo linguístico-literário sequer aparece

nesse plano), não está sendo transferida para aqueles que se situam na ponta ou na base do sistema. Mas, como já temos também os antídotos contra essa “transferência”, estabelecida pelo sistema como único critério ou critério que apenas separa aqueles que sabem daqueles considerados como destituídos da potência de saber, ou, como diria Paulo Freire, é preciso combater permanentemente a lógica dessa educação bancária, sinônimo dessa “transferência”, assim o gesto político e público se amplia e radicaliza: nem forças escriturais anuladas, nem execução pura e simples do que está prescrito, mas a criação de forças políticas e coletivas que anulem os dispositivos reativos do saber e do poder.

Em nossos tempos, e com a tecnologia dos signos à disposição de qualquer cidadão, não só podemos testemunhar a favor do povo pobre e subalterno, mas fazê-la circular, de mão em mão, em arquivos de bolso, criando, assim, outras condições para que esses subalternos possam emergir como novos sujeitos históricos e portadores de outras perspectivas estético-políticas.

Há uma terrível armadilha em considerar as forças da literatura por elas mesmas ou supondo uma autoridade da interpretação que, a partir de uma leitura cerrada de um dado texto literário, oferecesse a professores e estudantes de literatura as ferramentas para uma crítica do sistema de modo geral. Antes, seria necessário localizar no texto literário uma dobra do Estado de exceção e suas formas de imposição e/ou esvaziamento do direito – nesse caso,

direito linguístico e literário – e procurar anular seus dispositivos. Não se trata, porém, de uma atuação fora do sistema, mas a partir de suas próprias ferramentas.

Procuramos demonstrar, também, que o campo linguístico-literário, apesar do movimento de anulação de sua potência estimulado por várias instituições (inclusive linguístico-literárias), pode se tornar um campo de ciência e ação direta, sem precedentes, e radicalmente a favor de novas lutas libertárias envolvendo comunidades excluídas, sobretudo de professores, alunos e artistas da palavra.

Talvez não seja mais o tempo nem mo(vi)mento de incendiar as instituições, mas de localizar, no âmbito de seu funcionamento, os dispositivos de poder reacionário e anulá-los, sobretudo fazendo-os funcionar de uma outra forma, com funções outras, especialmente marcadas por profunda solidariedade com aqueles que desde sempre estiveram destituídos de sua potência de simbolizar sua própria existência. Aqui, como um critério radical para a distribuição da riqueza.

Não há como falar, escrever e praticar literatura periférica sem nos posicionar como um subalterno em luta permanente para fazer de nossas marcas, e feridas expostas, o lugar de uma política radical. Se, conforme Sérgio Vaz,²⁷ um de seus eminentes ativistas, essa é uma literatura que nasce “das ruas violentas, da saúde precária, do ensino de má qualidade, do racismo, do preconceito de classe, do desemprego, das mazelas sociais, e que denuncia o que

se sofre na pele / das letras descalças, mas de pés firmes e calejados que não descansam nunca / da poesia que sangra na página e umedece de lágrimas / de uma escrita órfã de pai e mãe”, então não se trata, apenas, de produzir representações literárias sobre essa realidade, nem mesmo de mapear suas (auto)representações no seio mesmo das comunidades envolvidas nessa produção periférica, mas, além disso, e num gesto científico com forte solidariedade de classe, favorecer a criação de certas condições para que tal produção de (auto)representações literárias possa estar implicada a uma rede de instituições que, em vez de ser o lugar de prescrições do Estado, seja um dispositivo de empoderamento desses coletivos de artistas da palavra.

Tomando essa articulação (formas de representar combinadas com uma virada possível na gestão literária e cultural das instituições) como um princípio epistemológico, procuramos aqui tornar visível não apenas a contradição apontada pelo sistema científico brasileiro, cujo Plano Nacional (PNPG 2011-2020) ainda tem como meta a “transmissão dos resultados de pesquisa” em vez de apoiar e qualificar as inúmeras experiências voltadas à pesquisa e produção com as comunidades.

Nessa linha de trabalho científico, situamos o campo linguístico-literário como um lugar profícuo em que tanto é possível haver uma mudança da matriz curricular articulada à institucionalização da malha cultural no nosso país, quanto estimular o fomento de uma série de equipamentos

(laboratórios de restauração de impressos raros, empresa júnior de Letras, ilhas de edição gráfica e audiovisual, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias, entre outros) para que a literatura e a produção artística periférica, e em todos os municípios do Brasil, não sejam meros produtos aleatórios e sazonais voluntários, mas uma radical ocupação do Estado como instituição de direito público.²⁸

Com essa articulação – em curso em muitos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, sobretudo no campo linguístico-literário –, além da mediação, debate, construção e acompanhamento dos planos decenais de cultura em cada município e seu aporte de 1% do orçamento local, 1,5% do estadual e 2% do federal, é possível, também, visibilizar as dobras do Estado a partir de uma politização dos direitos linguísticos e literários.

Isso é urgente, pois não é mais tolerável que dezenas de editais destinados ao apoio do segmento literário (oficinas de criação, feiras de literatura, mobilidade de escritores, ilhas de edição gráfica) passem ao largo dos cursos de Letras e tenham como proponentes *designers*, psicopedagogos, fotógrafos, *videomakers*, simplesmente porque, em grande medida, o campo ainda continua preso ao objeto ensino de língua e leitura do texto literário.

O desafio das letras de periferia e da periferia das letras é duplo: ir além da representação da pobreza e criar os modos de sua produção, gestão e superação, combinando, nessa complexa atividade, o esvaziamento do significado

transcendental com uma tecnologia dos signos que confronte o Estado e seu despotismo. Assim, ler um poema é também um exercício para esvaziar a (força de) lei que se proponha e se pratica como anulação dos direitos. A recusa a esse desafio é condenarmo-nos a essa condição periférica, mesmo, no âmbito acadêmico, tendo todas as ferramentas para a sua superação.

Um passo decisivo para a superação desse desafio é sem dúvida retomar a descoberta do signo e abertura de seu significante, como acontecimento cultural no campo linguístico-literário, mapear seus impactos na virada linguístico-literária nas ciências humanas, bem como, do ponto de vista linguístico-literário, acolher problemas e questões formulados pelas ciências humanas, depois de suas viradas epistemológicas, como condição tanto para um trabalho científico multidisciplinar e de fronteiras, quanto para uma atividade estético-política vinculada à pesquisa e trabalho autobiográfico ou bioficcional, assumindo, nesse gesto ou compromisso epistemológico, a estranheza e a precariedade incontornáveis de nossas instituições linguístico-literárias.